



ANÁLISE DA LEI BRASILEIRA DE INTERNET Nº 12.965/2014

Autor(res)

Gladson Barros Resplandes
Rafaela Ferreira Alves
Laila Karine Da Conceição Silva
Yeda Alves Coelho
Beatriz De Assis Lima
Kenia Da Silva Varão
Andressa Kelma Da Silva Pereira
Bianca De Araújo Silva Barbosa
Raicleys Sousa Brasil De Castro
Evely Kyara Parga Costa
Ana Clara Almeida De Sá

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

Introdução

O presente resumo expandido, busca analisar a regulamentação do uso da internet no Brasil pela Lei nº 12.965/2014, fazendo valer-se da problemática enfrentada pelos usuários no que diz respeito à proteção de dados e de registros pessoais. Buscando, pela letra da lei, por meio de seus princípios e garantias, explicar temáticas como a neutralidade de rede, a liberdade de expressão e a proteção de dados e de registros pessoais como um direito fundamental do indivíduo, bem como dos deveres dos usuários de tal ferramenta. Destacando-se ainda de forma sucinta, as diretrizes do uso da internet no Brasil, baseando-se na finalidade social da rede, no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos humanos no desenvolvimento da personalidade e no exercício da cidadania nos meios digitais.

Objetivo

Analisar como O marco civil da internet, é uma norma que possibilita as pessoas a terem uma visão extensa do direito ligado ao meio digital, ressaltando os privilégios e deveres do cidadão. Logo, promovendo acesso à internet, informação, inovação, e ampla adesão a novas tecnologias. Assim, objetivando a proteção de dados, e a privacidade do indivíduo, estabelecendo diretrizes nos limites da Lei.

Material e Métodos

O Resumo de expansão, da lei 12.965/2014 (que trata de garantias direitos e deveres para uso da internet no Brasil) buscando atingir os objetivos propostos foi dividido entre 10 partes aonde cada um ficou responsável por um tópico, e por desenvolver suas parte com pesquisas feitas na Internet , onde colocaram suas referências, foi



criado um grupo, com orientador e integrantes para poder debater o que cada um faria e como faria, buscando referências em livros e fontes na internet. O trabalho consiste em fundamentar o a liberdade de expressão, que é o que a lei 12.965/2014 expressa, o mesmo também terá duas pessoas em destaque, para fazer a apresentação do trabalho.

Resultados e Discussão

O marco civil da internet apresentado neste estudo oferece uma visão detalhada e meticulosamente organizada do processo de seleção dos estudos, desde a fase inicial de busca na literatura até a consolidação e síntese dos resultados. Este instrumento visual é essencial para garantir a transparência metodológica e a possibilidade de diversas formas de conhecimento, proporcionando uma compreensão minuciosa e clara da trajetória percorrida durante a busca e seleção dos estudos a serem analisados.

O cumprimento da Lei 12.965 é essencial para garantir uma sociedade justa e igualitária para todos, exercendo nossa liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal. Busca-se através de estudos uma preparação adequada, e uma forma eficaz que englobe aspectos legais, sendo desenvolvidos através desta pesquisa para estabelecer a aprendizagem da população e o desenvolvimento de acadêmicos e futuros profissionais.

Conclusão

A presente pesquisa busca abordar a importância da Lei nº 12.965/14, que tem como desígnio expor os direitos e deveres dos usuários da internet, objetivando princípios a serem seguidos, protegendo a cidadania digital e resguardando a proteção de dados pessoais. De início em 2009 mais foi sancionado apenas em 2014 pela então presidente Dilma Rousseff. Para a sociedade como um todo foi um projeto de grande relevância, com panoramas positivos para o avanço de uma tecnologia mais segura.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 Abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 31 out. 2023.

RAMOS, Rahellen. Marco Civil da Internet. Marco Civil da Internet, [s. l.], 6 ago. 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. Marco Civil da Internet. Brasília/DF. 2015